

NOVAS DEMANAS DE TRABALHOS DE ASSEGURAÇÃO

IV SEMINÁRIO DE AUDITORIA E CONTROLADORIA PROMOVIDO PELO CRC-MG

Adriano Rezende Thomé



FÓCO NO QUE CONTA:
INOVAR PARA EVOLUIR

TRABALHOS E ASSEGURAÇÃO

A Estrutura Conceitual dois tipos de trabalhos de asseguração:

- “trabalhos de asseguração razoável” = Auditoria e
- “trabalhos de asseguração limitada” = Revisão

ESSÊNCIA DO PAINEL

- Não há uma “fórmula mágica” para que as firmas possam desenvolver seus negócios através de novos serviços.
- Necessário sairmos da nossa “caixinha” e, com criatividade, procurar oferecer outros serviços pouco desenvolvidos ou que ainda são potenciais e melhorar cada vez mais o que já fazemos. Esse é o desafio de todos os dias.

O que a sua firma tem feito para ter ou criar novas oportunidades?

O QUE JÁ CONHECEMOS E FAZEMOS HOJE?

- Sociedades de grande porte (Lei 11.638);
- Empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias (Lei 13.306);
- Entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no – PROFUT(Lei 13.155);
- Termos de parceria de OSCIP (Lei 9.790 e 3.100);
- Empresas comercializadoras de planos de assistência funerária (Lei 13.261)
- Entidades beneficentes de assistência social (Lei 12.101)
- Fundo de Compensação de Variações Salariais (Resolução 305/12);
- CVM – Auditoria das DC's anuais, revisão das ITR's, etc.
- Bacen – Auditoria das DC's + IFT's
- Susep – Auditoria das DC's + Revisão dos questionários trimestrais (PPA), etc.
- ANS – Auditoria da DC's anuais + PPA's (Diops), etc;
- ANEEL – Auditoria das DC's anuais (regulatórias e societárias) + PPA's (RCP, etc.);
- PREVIC – Auditoria das DC's anuais;

Em quais desses segmentos sua firma atua?

O QUE PODEMOS FAZER?

Depende do que cada firma planeja para seu negócio e “o que quer da vida”:

- Especializar em algum segmento?
- Diversificar os tipos de clientes que deseja atender?
- Concorrer com as grandes firmas?
- Diluir a oferta de serviços prestados pela firma, deixando para traz o foco de auditoria das Demonstrações contábeis?
- PME's se apresenta como mercado “gigante”.

A firma em que você atua já parou para pensar nisto?



OPORTUNIDADES

FOCO: PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS (conhecer as demandas do cliente)

- Revisão das demonstrações contábeis (NBC TR 2400) – há grande “massa” de PME’s que se interessam (custo);
- Compilação de demonstrações contábeis e notas explicativas;
- *Due diligence* (perspectivas boas para o país);
- Revisão de controles internos e melhoria de processos (PME’s demandam muitas melhorias e os auditores possuem experiência acumulada para ajudar);
- Apoio na adoção dos CPC’s ou CPC PME (por incrível que pareça);
- Revisão das práticas contábeis fiscais X contábeis;
- Eficiência tributária (\$\$\$\$)

Se reinventar o tempo todo: essa é a dinâmica da vida e deve ser a mesma dinâmica profissional

O QUE TEMOS VISTO POR AÍ?

- Por causa da crise há muita pressão nos preços de mercado.
- Há um limite para a redução de preços. Quando se vai além, seguramente há perda de qualidade.
- Auditoria é baseada em riscos. Existem trabalhos realizados pouco aderentes às normas (basicamente “amarrar” relatórios auxiliares com saldos contábeis).
- Há trabalhos em que não se vê estudo de controles internos e revisão de políticas contábeis, por exemplo (básico).

REFLEXÃO

CASO REAL

CONDOMÍNIO**BALANÇO PATRIMONIAL**
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**ATIVO**

(Valores em Reais)

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
<u>Caixa e bancos conta</u> movimento		30.128,51	80.303,37
Aplicações financeiras	3	816.650,77	698.696,06
Aluguéis a receber	4	74.951,02	39.941,73
Taxas de condomínio a receber		215.588,00	356.948,92
Estoque	5	70.174,51	67.740,45
Adiantamentos a concedidos		45.611,87	62.609,29
Despesas antecipadas	6	263.124,11	280.265,83
Outros ativos circulantes		1.205,83	685,13
		1.517.434,62	1.587.190,78
TOTAL DO ATIVO		1.517.434,62	1.587.190,78

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOMÍNIO**BALANÇO PATRIMONIAL****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017****PASSIVO**

(Valores em Reais)

	2018	2017
CIRCULANTE		
Fornecedores de bens e serviços	189.348,59	184.815,48
Salários a pagar	78.773,66	88.977,33
Encargos sociais a recolher	86.165,45	75.077,73
Impostos retidos	17.900,09	13.710,25
Provisões para férias	260.930,62	279.415,19
Provisão para IPTU	205.608,00	224.712,00
Provisão para programa participação nos lucros	214.000,00	
Provisão para despesa de água e esgoto e energia elétrica	177.948,56	164.186,37
Outros passivos circulantes	17.271,93	42.028,75
	1.247.946,90	1.072.923,10
PATRIMÔNIO SOCIAL		
Fundo de reserva	375.541,06	280.695,14
Superávit (Déficit) acumulado	(106.053,34)	233.572,54
	269.487,72	514.267,68
TOTAL DO PASSIVO	1.517.434,62	1.587.190,78

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOMÍNIO**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

(Valores em Reais)

	Fundo de Reserva	Reserva de superávit (Déficit Acumulado)	Total
Em 31 de dezembro de 2016	(57.076,75)	549.967,92	492.891,17
Resultado do exercício		27.400,30	27.400,30
Utilização fundo de reserva em reformas	(304.524,01)		(304.524,01)
Ajustes de exercícios anteriores	343.795,68	(343.795,68)	-
Provisões constituídas	298.500,22		298.500,22
Em 31 de dezembro de 2017	280.695,14	233.572,54	514.267,68
Resultado do exercício		(339.625,88)	(339.625,88)
Utilização fundo de reserva em reformas	(263.862,73)		(263.862,73)
Ajustes de exercícios anteriores			-
Provisões constituídas	358.708,65		358.708,65
Em 31 de dezembro de 2018	375.541,06	(106.053,34)	269.487,72

CONDOMÍNIO [REDACTED]

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores em Reais)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Condomínio [REDACTED] foi constituído em [REDACTED], pela lavratura da escritura particular da convenção de condomínio, arquivada no 1º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de [REDACTED], sendo administrado pela [REDACTED], em conjunto com o síndico, sub síndico e conselho consultivo fiscal, eleitos em Assembleia Geral Ordinária.

2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de rateio de condomínios é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o contratante.

2.2.2. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas

2.2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Empresa é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, quando aplicável, são classificadas, em sua maioria, na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dos valores analíticos do grupo caixa e equivalentes de caixa, feito por tipo de classificação, está apresentada na **nota 3**.

2.2.5. Contas a receber de clientes e créditos por administração

São apresentadas aos valores presente e de realização Quando aplicável, a constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

Quando aplicável, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Condomínio e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Condomínio possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.2.9. Instrumentos financeiros e derivativos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Condomínio se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subseqüente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, quando aplicável.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumentos destinados a “hedge” ou não. As operações efetuadas que não atendam os critérios de efetividade de “hedge” contábil são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos “hedge” podem ser classificados como: (i) “hedge” de valor justo; (ii) “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observando os seguintes critérios:

(i) **“hedge” de valor justo:** a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(ii) **“hedge” de fluxo de caixa:** a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Pronunciamentos contábeis com impacto em 2018

As demonstrações financeiras do Condomínio estão em conformidade com o Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Empresas de Pequeno e Médio Porte, e apresenta emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos – CPC.

3 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
Fundos de renda fixa e variável	816.650,77	698.696,06
TOTAL	816.650,77	698.696,06

4 – ALUGUÉIS A RECEBER

Referem-se aos aluguéis e reembolsos de despesas mensais a receber do [REDACTED], conforme definido em contratos específicos.

5 - ESTOQUES/

Os estoques estão reconhecidos ao valor realizável líquido.

6 – DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se à provisões para quitação integral do imposto municipal a ser apropriado no decorrer do ano base seguinte.

7 – RECEITAS

As receitas líquidas apresentadas na demonstração de superávit do exercício são compostas, analiticamente, da seguinte forma:

	Nota 8	2018	2017
Receita líquida		7.536.113,53	7.331.040,89
(-) Despesas operacionais		(7.923.370,31)	(7.362.033,94)
Despesas com pessoal		(3.329.730,18)	(2.766.630,31)
Encargos sociais		(657.958,01)	(584.493,18)
Despesas com alimentação		(275.019,08)	(273.291,22)
Despesas tributárias		(69.696,24)	(74.455,14)
Conservações e manutenções		(833.012,73)	(837.147,15)
Serviços prestados por pessoas jurídicas		(485.445,32)	(398.571,74)
Água, luz e telefone		(1.795.975,50)	(2.016.468,79)
Despesas gerais e administrativas		(476.533,25)	(410.976,41)
Resultado financeiro		47.630,90	58.393,35
Receitas financeiras		47.630,90	58.393,35
Superávit (déficit) do exercício		(339.625,88)	27.400,30

Em virtude das características operacionais do Condomínio, as receitas não sofrem deduções tributárias ou quaisquer outras deduções para determinação da receita líquida.

08 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor contábil dos instrumentos financeiros do condomínio registrados no balanço, tais como disponibilidades e aplicações financeiras, aproximam-se do valor de mercado por representarem itens de curto prazo ou por estarem indexados a taxas de mercado.

09 – COBERTURA DE SEGUROS

A apólice de seguro contratada abrange seguro contra incêndio incondicional, cobrindo bens do condomínio (imóvel e conteúdo). A cobertura do seguro é determinada em função dos valores ativos e dos riscos envolvidos.

10 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 até a presente data de realização da auditoria (27/02/2019), não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

11 – INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE DE OUTROS SERVIÇOS QUE NÃO SEJA DE AUDITORIA EXTERNA

Nos Termos da Instrução CVM nº 381/03, o Condomínio do Edifício [REDACTED] informa que a [REDACTED] Auditoria e Consultoria, contratada para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Entidade referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não prestou quaisquer serviços não-relacionados à auditoria independente.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores do

Condomínio [REDACTED]
[REDACTED]

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Condomínio** [REDACTED]
[REDACTED] levantadas em 31 de dezembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Condomínio** [REDACTED] levantadas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Condomínio, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os chamados “Principais Assuntos de Auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados em nosso contexto da auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Condomínio é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Condomínio continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Condomínio são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Condomínio.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Condomínio. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Condomínio a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2019

[Redacted]
Auditoria e Consultoria
CRC [Redacted]

[Redacted]
Sócio responsável
Contador CRC [Redacted]

DESAFIOS

Para aproveitar as demandas de serviços é importante:

- Registro atualizado da firma e de seus profissionais perante órgãos reguladores;
- Cumprir com educação continuada;
- Ter políticas bem definidas de execução de trabalhos;
- Manter controle de qualidade;
- Acompanhar leis e regulamentos;
- Estabelecer política de divulgação e marketing;
- Lidar com aumento dos custos;

DESAFIOS PARA NOVOS NEGÓCIOS (E OS ATUAIS TAMBÉM)

- SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA;
- GESTÃO DE PESSOAL;
- ATENDER ÀS EXPECTATIVAS DO CLIENTE

PREOCUPAÇÕES

- COBRANÇA INADEQUADA DE HONORÁRIOS
- CONCORRÊNCIA DESLEAL
- AUDITORIA À DISTÂNCIA
- TERCEIRIZAÇÃO DA EQUIPE

Obrigado!!

Feliz Natal e próspero ano novo com bons negócios!!



www.crcmg.org.br